

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA Nº 002/2010 CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

7 8 9

10

11

12

13 14

15

16 17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32 33

3435

36

37

38

39 40

41 42

43

44

45

46

47

48 49

50

51

6

12

3 4 5

> Aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dez, às 09:39h (nove horas e trinta e nove minutos) teve início, na sede do PREVIMPA, situada na Rua Uruguai, 277 – 6º andar, a ducentésima quinquagésima nona reunião do Conselho de Administração. Presidiram a mesa os conselheiros, Omar Azambuja Condotta como Presidente, e Adelto Rohr como Secretário ad hoc. Também estiveram presentes os conselheiros titulares, Alexandre Dias Abreu, Gilmar Cardozo dos Santos, Cláudio Meirelles Lago, Liége Mentz, Lourdes Veneranda Camaratta, Sérgio Luiz Brum e Vera Anita Silva da Conceição, e os conselheiros suplentes, Idalina Fagundes Venturini, Marisa Ney Santos de Pinho, Augusto César Pio de Almeida, Carlos Leandro Ransan e Alexandre Miguel. Aberta a reunião, o presidente Omar agradeceu a presença do Diretor-Geral do PREVIMPA, Luiz Fernando Rigotti e do Diretor Administrativo-Financeiro, Manuel Roberto Escobar. Passou-se imediatamente à leitura das atas nº 001, de 05/01/2010, que foi aprovada, e da ata declaratória do dia 18/02/2010, que após lida foi assinada pelos conselheiros que estiveram presentes. O presidente abriu espaço para os informes, e foi dada a palavra ao Diretor-Geral Luiz Fernando Rigotti que informou estar retornando às atividades após o período de licença. Disse que acompanhou na CMPA a alteração da Lei do PREVIMPA e que procurou esclarecer ao Governo sobre algumas implicações. Explicou que o Governo Federal esticou o prazo de parcelamento de dívidas previdenciárias para duzentos e quarenta meses e que a idéia era manter os cento e vinte meses que estavam acordados, porém, não conseguiu convencer a SMF. Houve o acordo para cento e oitenta meses e que para o PREVIMPA foi importante o reconhecimento dessa dívida, que era um déficit previdenciário e não atuarial como se pensava. Algumas emendas eram muito desfavoráveis aos interesses do PREVIMPA como aquela que previa a correção do valor pelo IPCA, quando o previsto era pela taxa Selic. Permaneceu a taxa Selic o que tranquiliza, pois cumpre o que está previsto na meta atuarial do PREVIMPA. Disse que a primeira parcela já foi recebida pelo PREVIMPA e a segunda já está sendo paga. Informou que o último cálculo atuarial apontou um equilíbrio financeiro e atuarial em relação ao COMPREV e que o regime capitalizado está equilibrado, sendo que com a alíquota de dois por um, logo passará para uma situação bem confortável. Também abordou a questão do repasse do valor da correção monetária sobre o valor da venda da folha do PREVIMPA, que foi creditado pela SMF. Prosseguiu informando que o mercado imobiliário atualmente está em grande valorização e que no momento o PREVIMPA está negociando com o Governo a doação de um terreno para a construção da sede, onde era no passado o Arquivo Municipal, próximo do Fórum e da avenida Ipiranga. Afirmou que esta sendo providenciado junto à SPM estudo de índice e de pavimentos. A área a ser construída será em torno de três mil metros quadrados, e está previsto um anfiteatro para pequenos eventos que poderá ser utilizado pelos demais órgãos do Município, e seria um valor de troca em relação à cessão do terreno. O presidente Omar ponderou que além disso, o próprio aluguel da atual sede do PREVIMPA, seria uma economia para o Governo, eis que é pago pelo regime de repartição simples. Ainda nos informes, o Diretor-Geral Rigotti fez o relato do andamento da migração da folha de aposentados e pensionistas para o sistema Ergon, explicando que o contrato com a empresa SONDA foi denunciado e pediu-se para a PROCEMPA uma alternativa que propiciasse o uso da base de dados do Ergon. Disse que já está havendo tratativas com a Techne, empresa que criou o sistema Ergon, para o desenvolvimento do software previdenciário do PREVIMPA, incluindo a folha dos aposentados e pensionistas. Salientou que a empresa já implantou módulo previdenciário no RS e em outros estados do Brasil, e que vai ser montada uma equipe para acompanhamento dos

trabalhos composta por membros do PREVIMA, da PROCEMPA e da empresa Techne, sendo que os setores jurídicos envolvidos estão providenciando um aditivo ao contrato anterior, que passará pela análise do Conselho de Administração. O presidente Omar perguntou sobre as eleições do PREVIMPA, tendo o Diretor Rigotti explicado que houve demora na elaboração do decreto pois passou por todas as secretarias para concordância dos secretários, e como houve questionamento da SMA, retardou o processo todo, pois se queria a comissão eleitoral funcionando já no mês de janeiro. Disse que agora vai haver a convocação dos membros designados para que seja feita a instalação da comissão, que processará o seu regimento no prazo de trinta dias a contar da instalação e chamar as eleições dentro de noventa dias. Ainda o Diretor Rigotti informou sobre o Seminário da ABIPEN, que será realizado nos dias três, quatro e cinco de março em Belo Horizonte, do qual participará juntamente com o economista Tiago Iesbick, da Unidade Financeira. O presidente Omar tomou a palavra e informou ao colegiado que o relato do Diretor-Geral já abordava o ponto cinco da pauta, sobre os depósitos efetuados pela SMF nas contas PREVIMPA-CAPITALIZAÇÃO e PREVIMPA-IMÓVEL, e parabenizou o Diretor-Geral pelo sucesso das tratativas. O Diretor Rigotti explicou que o PREVIMPA tem sido parceiro do Governo, pois o levantamento feito pela Autarquia em relação à biometria foi muito bom e resultou em economia em relação ao auxílio doença, pois a PMPA não tinha registros do que era gasto. Foram pagos treze milhões em 2005 em auxílio doença, baixou para onze milhões e atualmente está em torno de oito milhões e setecentos mil reais. Disse que a questão da biometria não é só examinar, mas também recuperar o servidor mais cedo, trabalhando com a prevenção e também com a assistência necessária. O conselheiro Sérgio Brum ressaltou que o Município deveria oferecer um plano de saúde digno para seus servidores. O Diretor Rigotti explicou também que o PREVIMPA é um órgão arrecadador, pois os esforços despendidos em relação ao COMPREV estão dando retorno, haja vista que no ano de 2004 foram cerca de cento e vinte mil reais que entraram para os cofres do PREVIMPA, e no ano passado já somaram um milhão e duzentos mil reais. O presidente Omar perguntou se havia a gratificação por arrecadação para os funcionários do PREVIMPA. O conselheiro Alexandre Miguel questionou se a questão da prevenção que já é desenvolvida pela SMA viria para o PREVIMPA. O Diretor Rigotti explicou que não é atribuição da Autarquia, entretanto se poderá desenvolver ações conjuntas. O presidente Omar salientou que essa discussão é jurídica pois a legislação diz o que pode ser feito pelos regimes próprios, e diz ainda, que os RPPS não poderão ter nenhuma atribuição diferente daquelas executadas pelo RGPS, havendo um confronto entre as duas regras. Disse ser a favor de que seja feita a reabilitação profissional do servidor e que o próprio RGPS trabalha com essa visão. O Diretor Rigotti ponderou que essa prevenção acarreta um custo para ser operacionalizada e não está prevista na alíquota previdenciária e que no INSS há recursos da saúde para fazer a recuperação do trabalhador. O conselheiro Adelto colocou que o projeto da perícia médica apontou para essa questão. Os primeiros quinze dias de licença médica competem à SMA, e fazendo-se a prevenção pode-se reduzir ou então não ultrapassar os quinze dias e seria necessário convencer o Governo da importância de um plano de saúde para os servidores, pois com ele haverá um acompanhamento, o gerenciamento estaria mais próximo da administração. O Diretor Rigotti retomou a palavra e informou ao conselho que foi feita uma análise do quadro de funcionários do PREVIMPA, e verificou-se a necessidade de mais vinte assistentes administrativos além daqueles que já estavam previstos para nomeação. Foi feito um projeto com a transferência de cargos que não estão sendo necessários, como telefonista, auxiliar de serviços gerais, para assistentes administrativos. O projeto já passou pela aprovação do GPO e posteriormente virá para apreciação do Conselho. Salientou ainda, que o PREVIMPA tem um alto custo com o PASEP e que seria necessário um projeto de lei com vistas à isenção do pagamento, haja vista que pela legislação vigente, os fundos de pensão não pagam essa conta. Passou-se, então, para a pauta do dia, relato do processo nº 01.039533.09.3, sobre o contrato do vale metropolitano com a empresa Sulvale. O conselheiro-relator Adelto fez o relato do processo e manifestou-se favorável ao contrato, e explicou que o PREVIMPA pediu para entrar no contrato da Centralizada, pois não conseguiu fazer o convênio sozinho pelo reduzido número de servidores no PREVIMPA que necessitam do vale metropolitano. O conselheiro Sérgio Brum disse que anteriormente já havia

52

53

54 55

56

57

58 59

60

61

62

63

64

65 66

67 68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86 87

88

89 90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

101

102103

votado contra o convênio e argumentou que os valores pagos deveriam ser em dinheiro, no contracheque, como já foi feito no passado, para que os servidores pudessem ter o direito de decidir de que forma querem ir ao trabalho. Disse que há o desconto todos os meses e o repasse da Prefeitura para a ATP, só que o cartão fica cheio, não sendo tudo utilizado e todos pagam. Por tudo isso manifestou que votaria contra o convênio. O conselheiro Adelto argumentou que essa questão é regida por lei federal, que diz que o empregador deve subsidiar o transporte dos trabalhadores no transporte coletivo, que é o ônibus, e que do ponto de vista técnico, o SIMPA é a instância adequada para encaminhar a questão. O presidente Omar salientou que na iniciativa privada o subsídio é para quem ganha até setecentos e setenta reais, e não se opõe à forma como os servidores recebem os vales, pois o subsidio é para todos. O conselheiro Alexandre Abreu colocou que o foco da discussão deveria ser o relatório sobre o convênio, que esse assunto já foi discutido em outras reuniões e que o instrumento correto para as reivindicações é o sindicato e salientou, ainda, que o que entra no cartão TRI não é a quantidade de vales, mas valores. Propôs que fosse encaminhada a votação do relatório. O presidente Omar encaminhou a votação, e foi aprovado o relatório pelos conselheiros presentes, com um voto em contrário, do conselheiro Sérgio Brum. Em seguida passou-se a palavra à conselheira Idalina para o relato do processo nº 01.057978.09.3, que versa sobre a contratação de empresa responsável pelo cálculo atuarial. Informou que a empresa vencedora foi a Caixa Econômica Federal e manifestou-se favorável à celebração do contrato. Foi colocado em votação o relatório que foi aprovado pela unanimidade dos conselheiros presentes. Na sequência, passou-se para o terceiro e o quarto item da pauta, relato do andamento da migração da folha de aposentados e pensionistas para o Ergon e do andamento do projeto de recuperação dos registros funcionais na SMA. O Diretor-Geral Luiz Fernando Rigotti fez os relatos, explicando que há cerca de 200 fichas antigas para recuperar os registros, e que estas não foram lançadas no sistema REF, e consequentemente, não houve migração para o Ergon. Está sendo feito um levantamento para verificar quais fichas devem ser lançadas primeiro levando-se em conta quais desses duzentos servidores já estão em vias de aposentadoria. Para tocar o trabalho a SMA está chamando mais dez assistentes administrativos para o CEDRE, pois é necessário que os registros estejam corretos para que não se pague salários indevidos. Explicou que no final será feita uma auditoria para ver se tudo está sendo pago corretamente. O conselheiro Adelto disse que a SMA fez um projeto para sete anos, que é muito trabalho para ser recuperado e que vai demandar muito trabalho também no PREVIMPA. O Diretor Administrativo-Financeiro Manuel solicitou que fosse marcada uma data para apresentação dos investimentos do PREVIMPA para o Conselho. O presidente Omar disse que oportunamente o assunto será ponto de pauta na reunião do Conselho. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião às 11:55 (onze horas e cinquenta e cinco minutos) e foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim Adelto Rohr, conselheiro/secretário de mesa e pelos demais presentes.

139 140 141

142143

104

105

106 107

108

109

110 111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123 124

125126

127

128129

130

131132

133

134 135

136

137

138

Omar Azambuja Condotta – Presidente Adelto Rohr – Secretário

144145146

147

149

148 Alexandre Dias Abreu Cláudio Meirelles Lago

150 151

152153

Gilmar Cardozo dos Santos Carlos Leandro Ransan

154155

Lourdes Veneranda Camaratta Liége Mentz Alexandre Miguel Sérgio Luiz Brum Augusto César Pio de Almeida Marisa Ney Santos de Pinho Idalina Fagundes Venturini Vera Anita Silva da Conceição